

UMA ANÁLISE DO TRABALHO DOS DOCENTES DE ARTE DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SÃO JOÃO DEL-REI-MG: UM ESTUDO DE CASO

Cláudio Guillarduci¹

RESUMO

A comunicação objetiva apresentar resultados parciais da pesquisa docente intitulada “*Entre direitos iguais, é a força que decide*”: A Arte (Teatro) na BNCC no Ensino Médio no Estado de Minas Gerais. A pesquisa analisa a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG) para refletir sobre as possibilidades do trabalho docente nas linguagens artísticas e suas tecnologias, mais especificamente com o Teatro e suas tecnologias, durante o período de implantação/implementação do Ensino Médio na Rede Básica de Educação do Estado de Minas Gerais (2022 a 2024). O recorte que aqui será apresentado se restringe à análise do questionário respondido pelos docentes de Arte das escolas estaduais que ofertam o Novo Ensino Médio regular nos municípios que fazem parte da Superintendência de Educação de São João del-Rei. Das 31 instituições de ensino foram obtidas um total de 25 respostas, perfazendo 81% de adesão. Para elaboração e aplicação do questionário, a pesquisa utilizou como modelo a enquete operária formulada por Karl Marx no ano de 1880 (1987; 2020). Semelhantemente à enquete operária (Marx, 1987; 2020), o questionário foi dividido em quatro blocos que abordavam diferentes aspectos da vida dos docentes: (i) o docente e seu vínculo empregatício, (ii) a estrutura da escola e as condições de trabalho, (iii) as condições de trabalho e a vida dos docentes e (iv) as formas de organização dos trabalhadores da educação. Vale ressaltar que o questionário, assim como a enquete elaborada por Marx, buscou a superação da ideia da unilateralidade da observação de um sujeito sobre o outro, possibilitando, dessa forma, uma real intercomunicação. Nesse sentido, vale ressaltar que o bloco quatro do questionário foi um elemento estruturador na elaboração da organicidade do projeto do PIBID Teatro da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) (2024-2026).

Palavras-chave: Trabalho Docente, Arte na Escola, Enquete Operária.

INTRODUÇÃO

Este texto apresenta resultados parciais da pesquisa docente intitulada “*Entre direitos iguais, é a força que decide*”: A Arte (Teatro) na BNCC no Ensino Médio no Estado de Minas Gerais. A pesquisa analisou a BNCC e o Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG), além de outros documentos educacionais, para refletir sobre as possibilidades do trabalho docente nas linguagens artísticas e suas tecnologias, tendo como recorte de análise as escolas estaduais que ofertam o Novo Ensino Médio nos municípios que fazem parte da

¹ Professor: Doutor em Teatro, Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas (PPGAC), Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), bolsista PIBID/CAPEs, guillarduci@ufsj.edu.br





Superintendência Regional de Educação de São João del-Rei (SRE/SJDR). A análise de documentos de política educacional parte do pressuposto de que as relações contraditórias entre trabalho e capital também são expressas no processo de elaboração das próprias políticas educacionais (Evangelista; Shiroma, 2019).

Para análise do trabalho docente realizado nas escolas da SRE/SJDR foi elaborado e aplicado um questionário com um total de 40 perguntas. O modelo para elaboração do questionário local foi a enquete operária formulada por Karl Marx no ano de 1880 (1987, 2020). O universo da pesquisa privilegiou docentes de Arte, com maior interesse nos/as profissionais de Teatro. O universo total foi limitado a 19 cidades: 15 cidades com apenas 1 escola com Ensino Médio, 3 cidades com 2 escolas e 1 cidade com 9 escolas, que é São João del-Rei. Das 31 instituições de ensino com as quais efetivamos contatos, tivemos um total de 25 respostas, perfazendo 81% de adesão. Outro dado importante é que a SRE/SJDR inclui 9 escolas de ensino médio da rede privada; no entanto, tais escolas não foram incluídas nas análises.

Mesmo ciente das dificuldades sobre a delimitação do trabalho docente, do fazer docente em sua totalidade, o questionário não se limitou às atividades pedagógicas realizadas dentro de sala de aula e nem às atividades denominadas de “extraclasse”. O questionário foi elaborado no *Google Forms* e todas as perguntas foram no formato de múltipla escolha, com 4 opções de resposta. Posteriormente à elaboração, foi realizado contato com as escolas para identificação dos docentes que atuavam naquele momento. O questionário foi enviado a cada um dos docentes e, ao mesmo tempo, também foi negociado individualmente o prazo para o preenchimento. O contato com as escolas e com os docentes, realizado via e-mail e telefonema, exigiu um longo prazo devido às dificuldades para se obter as respostas. Portanto, a participação na pesquisa exigiu uma negociação política e de conscientização sobre as possibilidades que os resultados poderiam significar para a categoria.

METODOLOGIA

Para elaboração e aplicação do questionário, a pesquisa utilizou como modelo a enquete operária elaborada por Karl Marx em 1880 (Marx, 1987; 2020). Marx, a pedido da *Revue Socialista* na França, elaborou um questionário com 100 perguntas. O objetivo da revista era divulgar os dados obtidos sobre a situação da classe operária francesa em diferentes publicações (livros).





Na origem, encontrava-se o movimento operário francês que desejava organizar de maneira mais eficaz a luta sindical e procurava, por isso, conhecer melhor as condições reais de exploração da classe operária, o grau de organização que atingira. Desejava também ampliar a base operária dos grupos socialistas e de associações operárias, tomando contato diretamente com o maior número possível de operários (Lanzardo, 1987, p. 244).

O questionário apresentado por Marx está dividido em quatro partes distintas. A primeira parte está relacionada a perguntas sobre as fábricas em que os trabalhadores desempenhavam suas atividades. Essa parte é composta por três grupos de perguntas que possibilitam a análise e a descrição da composição da força de trabalho despendida no ambiente laboral, a estrutura técnica e as condições de trabalho. Na segunda e terceira partes, após a descrição das formas absolutas de exploração, o questionário busca entender “como o operário vende sua força de trabalho como mercadoria ao proprietário das máquinas” (Lanzardo, 1987, p. 239). A quarta parte é o momento de o trabalhador analisar e descrever as relações sociais existentes no seu ambiente de trabalho, já que a “análise da exploração e a descrição que o operário dela faz englobam todas as relações sociais nas quais ele está implicado enquanto proletário, na fábrica ou na sociedade” (Lanzardo, 1987, p. 239).

Importante salientar que o questionário apresentado por Marx busca superar a ideia da unilateralidade da observação de um sujeito sobre o outro, possibilitando, dessa forma, uma real intercomunicação. Nesse sentido, pesquisador e pesquisado fazem parte de um mesmo grupo, estão inseridos num mesmo movimento operário e político. É importante que ambos os grupos estejam cientes da dimensão política da investigação. Tal postura possibilita uma efetiva superação da unilateralidade, da individualização das situações que as perguntas podem sugerir e de uma artificialidade no entendimento das situações apresentadas, saindo da visão individualista e neoliberal das competências e habilidades que cada sujeito deve desempenhar no seu ambiente de trabalho para uma leitura mais ampla e social do fazer pedagógico com ações que se enquadram no trabalho da docência ou no trabalho docente.

Por fim, é importante ressaltar que o questionário respondido pelos docentes está incluído nos pressupostos teóricos da enquête operária de Marx que traz uma discussão da luta de classes mais ampla e cujos pressupostos práticos se ligam às exigências do movimento político. Nesse sentido, as perguntas do questionário buscam desvelar as condições de trabalho e suas respectivas remunerações legais, ao mesmo tempo em que procuram entender as relações de produção capitalista envolvidas na rede pública de educação.

O questionário aplicado não é um canal de propaganda e o seu papel conscientizador não está associado à ilusão de se “falar” com um conjunto da população ou de uma determinada classe social. Além disso, o seu papel conscientizador não consiste em querer





convencer ou persuadir as pessoas interrogadas. A concepção da pesquisa aqui pensada e elaborada parte da ideia de que a observação unilateral pode ser substituída por um questionamento coletivo, por uma intercomunicação, um diálogo real acerca de problemas reais que ocorrem nas escolas da rede básica de educação. O questionário com trabalhadores/as é concebido “como um instrumento de intervenção adequado para estabelecer o contato com elementos não-organizados da classe operária e avaliar o nível de consciência espontânea” (Thiollent, 1987, p. 114).

REFERENCIAL TEÓRICO

Para entendimento do fazer pedagógico dos docentes em Arte, partiu-se do pressuposto de que o trabalho docente pode ser dividido em duas atividades distintas, mas que se complementam: (i) a docência e (ii) as atividades pedagógicas aqui denominadas de “atividades extraclasse”. Assim sendo, o trabalho docente, de forma geral, é entendido como uma atividade capaz de transformar a natureza, o próprio ser humano e a sociedade. “O trabalho é objetivação da subjetividade do ser humano. Objetivação da pessoa na produção da vida material e nas relações sociais” (Sanson, 2021, p. 25).

O trabalho docente nas escolas da rede básica de educação está com suas atividades pedagógicas numa encruzilhada, conforme mencionam Shiroma e Evangelista (2015), pois, de acordo com as alterações realizadas a partir das atuais legislações, as atividades docentes e suas respectivas intensidades, no decorrer do século XXI, alteraram o fazer docente, impondo uma divisão que pode ser inconciliável: (i) o trabalho docente, de um lado, atua na formação humana, mas, por outro, (ii) é um instrumento de produção de resultados. Vale ressaltar que tais legislações não apresentam possibilidades dialéticas entre esses dois pontos que estão cada vez mais tendendo a simplesmente se revestirem como um instrumento de produção nos moldes neoliberais.

Aqui vale ressaltar que o trabalho docente não está limitado ao conjunto de atribuições que são realizadas dentro de sala de aula, às funções que exerce no trato com os alunos, no planejamento e no trabalho burocrático.

Diferentemente das atividades no setor produtivo, no trabalho docente não há um produto palpável, passível de mensuração. Mesmo que consideremos as avaliações em larga escala e sua medida de qualidade, estas não se colocam como um bom indicador de desempenho do professor, portanto, não contribuem para delimitar a intensificação. Como mensurar envolvimento, conhecimento, relacionamento interpessoal, a pesquisa, o trabalho intelectual para a construção de metodologias, alternativas didático-pedagógicas tendo em vista a formação humana e mais uma série de esforços que o professor mobiliza durante seu fazer? (Santos, 2013, p. 66)





O contrato do trabalho docente da rede estadual de Minas Gerais tem a carga horária completa de 24 horas, divididas em 16 horas para docência e 8 horas para as atividades pedagógicas, denominadas de “extraclasse”. A Resolução SEE/MG n. 2.741, de 20 de janeiro de 2015, que estabeleceu normas para organização do quadro de pessoal das escolas do Estado, apresenta, em seu anexo IV, um total de 21 “sugestões de ações a serem realizadas nas Atividades Pedagógicas”. Como as 21 sugestões de atividades foram elaboradas antes da implantação/implementação do Ensino Médio, o Estado publicou uma nova resolução – SEE/MG n. 4.672 –, em 07 de dezembro de 2021, estabelecendo novas normas para a organização do Quadro de Pessoal das Escolas Estaduais. Como exemplo das alterações, temos as 8 horas das atividades pedagógicas divididas em dois grupos de 4 horas (Art. 7º):

- II – 8 (oito) horas semanais destinadas a atividades extraclasse, observada a seguinte distribuição:
- a) 4 (quatro) horas semanais em local de livre escolha do professor;
 - b) 4 (quatro) horas semanais na própria Unidade de Ensino ou em local definido pela direção da escola, sendo até 2 (duas) horas semanais dedicadas a reuniões (Minas Gerais, 2021).

A nova resolução não apresenta o anexo com as sugestões de atividades, mas faz referência às atividades do trabalho docente no novo ensino médio. No entanto, é possível afirmar que, na prática, as escolas utilizam as duas resoluções para indicar quais devem ser as atividades extraclasse realizadas pelos docentes.

Além dessas duas resoluções publicadas pelo Estado de Minas, é importante acrescentar duas outras resoluções publicadas pelo MEC no período analisado: a Resolução CNE n. 2, de 20 de dezembro de 2019, denominada *BNC Formação*, e a Resolução CNE n. 1 de 27 de outubro de 2020, denominada *BNC Formação Continuada*. Tais documentos, acrescidos à BNCC e ao CRMG, transformaram o trabalho docente das redes básicas de educação em uma função a ser realizada a partir da perspectiva neoliberal de uma empresa privada. Esse pacote de documentos é o ponto fulcral para entender o movimento realizado na transformação do trabalho docente nas duas atividades – a da docência e a das atividades extracurriculares – e que vem desde 2018 alterando silenciosamente os caminhos traçados pelo Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024).

Assim como na Enquete Operária (Marx, 1987; 2020), o questionário, com um total de 40 perguntas, foi dividido em quatro blocos que abordam diferentes aspectos da vida dos professores. O bloco I teve por objetivo obter informações básicas sobre os docentes, tais como: nome, idade, cor/raça e tempo de trabalho. Nesse bloco também foram incluídos detalhes sobre o vínculo empregatício para entender o tipo de contrato de trabalho e o número





de horas trabalhadas. O bloco II ficou restrito às condições de trabalho e à estrutura da escola, ou seja, o levantamento está relacionado ao ambiente de trabalho. As questões incluem informações sobre o número de trabalhadores na escola, as condições higiênicas e abordam as condições oferecidas pela escola para o planejamento das atividades pedagógicas. O Bloco III objetivou perceber as condições de trabalho e seus respectivos impactos. As perguntas foram direcionadas à carga horária contratual, à necessidade de atividades complementares – como o trabalho fora do horário escolar –, e às despesas pessoais relacionadas ao trabalho, buscando sempre relacionar à percepção dos impactos das atividades laborais na saúde e no bem-estar. Por fim, o Bloco IV, que ficou restrito às questões sobre a Organização e Resistência do trabalhador, questionou a participação em associações, sindicatos ou/em movimentos sociais organizados, indagando também a ocorrência e participação em movimentos grevistas, tentando entender sua duração, objetivos e resultados alcançados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entre os docentes, 72% se identificam como brancos, seguidos por 16% de pardos e 12% de pretos. Do público pesquisado, 52% têm mais de 10 anos de experiência na educação, 36% têm entre 5 e 10 anos e 12% menos de um ano de experiência como docente. Em comparação com o Relatório da “Pesquisa internacional sobre ensino e aprendizagem - TALIS 2024” (Brasil, 2025a, p. 33-34), que indica que os professores dos anos finais do ensino fundamental no Brasil têm em média 14,9 anos de experiência na docência e que a média dos países pesquisados pela OCDE² é de 17,3 anos, a SRE/SJDR possivelmente apresenta números compatíveis ou maiores em relação aos dados nacionais, tendo em vista que no questionário da pesquisa local não existia a opção de outros quantitativos maiores de 10 anos de experiência na docência.

Ao cruzarmos os percentuais dos dados anteriores com o tempo de exercício na escola atual, os valores são reveladores: 40% dos docentes estão na mesma escola somente há 1 ano, enquanto 20% indicam mais de 10 anos na mesma escola, seguidos por 28% entre 5 e 10 anos e 12% entre 2 e 4 anos. Podemos concluir que 48% dos professores contam que estão na mesma escola há mais de 5 anos.

Vale ressaltar que o levantamento realizado na SRE/SJDR demonstrou que 92% dos docentes atuam em etapas distintas da educação básica, atuando no ensino fundamental e no

² Participaram da TALIS 2024 um total de 32 países e 11 Territórios. Cf.: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/acoes-internacionais/divulgados-resultados-brasileiros-da-pesquisa-internacional-talis-2024>. Acesso em: 10 out. 2025.





ensino médio concomitante. Apenas 8% indicam que trabalham apenas com turmas do ensino médio.

Quanto ao contrato de trabalho, a pesquisa local demonstra que 48% dos professores são efetivos, 16% estão em estágio probatório e 36% têm contrato temporário de trabalho. Conforme a TALIS (Brasil, 2025a, p. 23), “cerca de 31,9% dos docentes brasileiros possuem contratos por tempo determinado”, o índice nacional é superior à média internacional apresentada na TALIS (Brasil, 2025a, p.38-39), que é de 20,7%. Portanto, o índice da SRE/SJDR está acima da média nacional e muito distante da média internacional pesquisada.

As diferenças na contratação e nas atribuições dos professores apontam para visões distintas acerca do trabalho docente no Brasil e nos demais países estudados. Enquanto Estados Unidos, França e Japão contratam prioritariamente professores em tempo integral por escola, atribuindo-lhes um papel que tem como aspecto central a sala de aula, mas que não se restringe a ela, no Brasil os professores são contratados para serem “fornecedores de aulas”. Os contratos brasileiros são majoritariamente em tempo parcial para uma ou mais escolas e essencialmente para lecionar um conjunto de aulas, sendo adicionado um pequeno período para atividades que as viabilizem. (Moriconi, 2021, p. 7)

A pesquisa TALIS 2024 (Brasil, 2025a) demonstra que o corpo docente no Brasil está submetido a uma dupla “vulnerabilidade laboral”: o alto índice de contrato temporário e a elevada proporção docente com regime de trabalho parcial. “Tais características estruturais distanciam as condições de trabalho no Brasil dos padrões observados em outros países [...] e sinalizam desafios importantes para a carreira e a valorização profissional no sistema educacional [...]” (Brasil, 2025a, p. 39). Para corroborar as indicações feitas, a pesquisa local aponta que 36% dos entrevistados têm mais de 16 horas/aula, 56% têm entre 9 e 16 horas/aula e 8% têm entre 5 e 8 horas/aula.

Ainda de acordo com o relatório *Volume de trabalho dos professores dos anos finais do ensino fundamental* (Moriconi, 2021), os docentes das disciplinas de Arte, Educação Física e Língua Estrangeira têm o maior número de turmas por semana, variando entre 10 e 13 turmas e, conseqüentemente, apresentam um número maior de diários, de alunos/alunas e de atividades extraclasses. O relatório ainda indica que 46% dos docentes de Arte têm mais de 10 turmas e 41% têm mais de 200 alunos; 19% têm entre 201 e 300 alunos; 15% têm entre 310 e 400 alunos e 25% têm mais de 400 alunos. Além dos números apontados acima, é necessário mencionar que o trabalho docente no Brasil ocorre em diferentes etapas do ensino e em diferentes escolas.

De 60% dos entrevistados que indicaram ter contratos intermitentes de trabalho, 73,3% apontaram que sobrevivem nos períodos sem contrato vinculado à docência com “atividades alternativas”, 13,3% com produção e revenda de produtos e 13,3% contam com a ajuda de





familiares. Ainda relacionado à vulnerabilidade laboral, a pesquisa local demonstrou que 80% dos docentes indicam que o número de horas trabalhadas na escola ou em casa excede o número de horas do contrato de trabalho, e 88% ainda afirmam que trabalham à noite ou nos finais de semana para cumprir todas as atividades previstas para o seu cargo docente.

Os dados acima interferem diretamente na saúde mental e física dos docentes. De acordo com a TALIS (Brasil, 2025a), o percentual de docentes dos anos finais do ensino fundamental que indicam sentir “muito estresse” chega a 20,9%, enquanto a média nos países da OCDE é de 19,3%. No entanto, 16,5% no Brasil reportam que esse impacto é muito negativo à saúde mental e 12,4% na saúde física. Os números indicados nos países da OCDE, respectivamente, são 10,0% e 7,9%, disparidade que aponta, portanto, que o impacto do estresse no Brasil é muito maior.

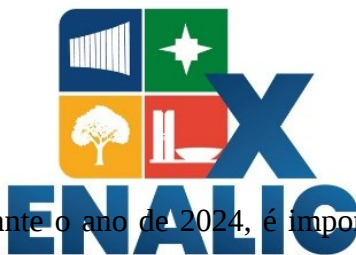
Na pesquisa local foi feita a seguinte pergunta em relação à saúde: “Referindo-se não apenas à parte técnica do seu trabalho, como também se estendendo de modo geral à fadiga e ao cansaço: com qual frequência o trabalho repercute na sua saúde?”. Do total de entrevistados, 52% responderam que “frequentemente” repercute, 40% afirmaram que “ocasionalmente” tem repercussão e 8% indicaram “raramente”.

Por fim, apresentamos a seguir alguns dados do Bloco IV que trazem questões sobre a organização e resistência do trabalhador. Para 52% dos entrevistados, existe uma organização sindical dos docentes da rede básica de educação; para 28%, não existe um sindicato que represente a categoria, e 20% desconhecem a existência de alguma organização que o representa. Já 66,7% daqueles que responderam (52%) que conhecem a representação sindical da categoria, afirmam, ao mesmo tempo, que desconhecem os dirigentes do seu sindicato. Quando questionados sobre movimentos grevistas realizados especificamente na escola em que estão trabalhando, os entrevistados responderam da seguinte forma: 40% ainda não participaram de greve, 32% já participaram de 3 ou mais greves, 20% participaram de apenas 1 greve e 8% participaram de 2 greves. Os docentes que participaram (60%) de 1 ou mais greves afirmaram que elas tinham as seguintes pautas: 85,7% eram por melhores condições de trabalho, 78,6% eram por aumento salarial, 35,7% eram por abertura de concurso e 7,1% estavam relacionadas ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (IPSEMG)³.

Para aqueles que participaram dos movimentos grevistas, 66,2% afirmam que as pautas foram parcialmente atendidas e, para 30,8%, as pautas não foram atendidas. Como o

³ O instituto é o órgão responsável por garantir a atenção integral à saúde do servidor público estadual e dos seus beneficiários, além de ser responsável pela administração, gerenciamento e operacionalização do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do estado de Minas Gerais.





questionário foi realizado durante o ano de 2024, é importante ressaltar que o balanço geral das greves realizadas no primeiro semestre de 2024 apresentado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) indica que 54,8% das greves foram realizadas pelo funcionalismo público. As greves realizadas pelo funcionalismo público estadual chegaram a um total de 85 e, na Educação, conduzidas por docentes e/ou profissionais técnico-administrativos do ensino básico ao superior, totalizaram 43 (DIEESE, 2024, p. 9).

Quanto às pautas, o reajuste salarial (43%), as melhorias das condições de trabalho (33%), a melhoria no serviço público (24,4%) e o plano de cargos e salários (21,7%) foram as mais frequentes (DIEESE, 2024, p. 4). Já em relação ao atendimento das reivindicações, o número nacional das greves aponta que 67,2% das pautas foram atendidas, sendo 19,1% de forma integral e 48,1% de forma parcial. Portanto, o movimento grevista na SRE/SJDR está com números próximos à média nacional, mas deve-se ressaltar que as últimas greves realizadas por tais profissionais no estado mineiro foram realizadas em 2018, 2020 e 2022 e tiveram a mesma pauta: cumprimento do piso salarial da categoria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível aferir que os números apresentados na pesquisa local sobre os movimentos grevistas apresentam valores semelhantes à média nacional. Já em relação ao número de docentes que atuam com contrato temporário, a pesquisa local apresenta números que indicam que o estado mineiro precariza o trabalho docente e que precisa avançar de forma imediata na sua política de abertura de concurso e de preenchimento das vagas ociosas. Portanto, vale ressaltar que as pesquisas de modelo padronizado precisam ser confrontadas com a realidade concreta para não ofuscarem elementos estruturantes vivenciados na especificidade do local.

É também decorrência da vulnerabilidade laboral apresentada – contratos temporários de trabalho e excesso de atividades que inclusive diminuem o tempo que poderia ser dedicado ao ócio – os números modestos sobre o conhecimento da existência de organização sindical que representa a categoria e o desconhecimento sobre as lideranças sindicais. O tempo de trabalho, principalmente do enquadrado como atividade extraclasse, inviabiliza o acesso ao descanso, ao lazer, à luta por melhores condições de vida e ao convívio familiar.

Quanto à saúde mental e física dos docentes de Arte, o cansaço e a fadiga, sejam pelo excesso de trabalho com as atividades realizadas fora do total das horas do contrato de trabalho e no período noturno ou nos fins de semana, somados ao número excessivo de





alunos/as e de turmas, indicam um alto índice de impacto na saúde mental e física dos docentes. É comum em Minas Gerais os docentes terem 2 contratos de trabalho e, se cada contrato corresponde a 24 horas/aula, o docente em Minas Gerais trabalha, aproximadamente, 48 horas/aula por semana. Jornadas longas de trabalho ocupam forçosamente os momentos de não trabalho. “O acesso a jornadas de trabalho não exaustivas é direito de verdade, além de ser parte da proteção à saúde física e mental dos/as trabalhadores/as e base para os direitos fundamentais” (Brasil, 2025, p. 40).

Vale ressaltar dois aspectos: (i) os números apresentados trazem um recorte da pesquisa realizada na SRE/SJDR, (ii) a pesquisa realizada se materializa atualmente no projeto PIBID Teatro (2024-2026) que é realizado em 3 escolas estaduais da cidade de São João del-Rei e conta com um total de 28 bolsistas CAPES – 24 discentes, 3 supervisores e 1 coordenador de área. O projeto PIBID Teatro tem como premissa a Pedagogia da Produção Associada e sua principal questão teórico-prática é atuar diretamente no par dialético Trabalho e Educação, tendo, dessa forma, a assembleia como categoria mediadora.

Portanto, o projeto PIBID Teatro entende que o processo de trabalho é também uma instância de produção de consciência dos trabalhadores e que a partir das experiências cotidianas do mundo do trabalho e dos espaços e tempos organizacionais do projeto é possível a construção e efetivação de uma prática pedagógica coletiva capaz de instituir os modos de produção do próprio projeto. Tal vivência pode ser capaz de possibilitar uma experiência de classe, uma experiência de trabalhadores da Educação. O projeto do Teatro acredita que o espaço/tempo coletivo interferirá diretamente nos modos de fazer, sentir e pensar os espaços estéticos para materialização dos atos poéticos nas Práticas Pedagógicas realizadas dentro das escolas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Iniciação à Docência (PIBID/CAPES, 2024-2026) e ao Programa Pró-Equipamentos (CAPES 2024).

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, 2018.





BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base**. Brasília, DF: INEP, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n. 2**, de 20 de dezembro de 2019 (BNC Formação).

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n. 1**, de 27 de outubro de 2020 (BNC Formação Continuada).

BRASIL. Ministério Público do Trabalho (MPT). **Direito de verdade**: essa história é também sobre você. São Paulo: Boitempo, 2025. (Campanha pública informativa).

BRASIL. Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem - TALIS 2024**. Relatório Nacional, primeira parte. Brasília: MEC, INEP, 2025a.

DIEESE. Balanço das greves do primeiro semestre de 2024. **Estudos e Pesquisas**, n. 110, dez. 2024.

EVANGELISTA, O.; SHIROMA, E. Subsídios teórico-metodológicos para o trabalho com documentos de política educacional: contribuições do marxismo. In: CÊA, G., RUMMERT, S. M., GONÇALVES, L. (Orgs.). **Trabalho e educação**: interlocuções marxistas. Rio Grande: Editora da FURG, 2019, p. 83-120.

LANZARDO, D. Marx e a Enquete Operária. In: THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5ª ed. São Paulo: Polis, 1987, p. 233-246.

MARX, K. O questionário de 1880. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; CALDART, R. (Orgs.). **História, natureza, trabalho e educação**. São Paulo: Expressão Popular, 2020, p. 107-115.

MARX, K. O questionário de 1880. In: THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5ª ed. São Paulo: Polis, 1987, p. 249-256.

MINAS GERAIS. **Currículo Referência de Minas Gerais do Ensino Médio**. Belo Horizonte: Secretaria Estadual de Educação-SEE, 2021.





MINAS GERAIS. Secretaria Estadual de Educação. **Resolução n. 2.741**, de 20 de janeiro de 2015.

MINAS GERAIS. Secretaria Estadual de Educação. **Resolução n. 4.672**, de 07 de dezembro de 2021.

MINAS GERAIS. Superintendência Regional de Ensino de São João del-Rei (SRE). **Lista de Escolas:** Escolas da Jurisdição por Município. Set. 2016. Disponível em: <https://sresjdelrei.educacao.mg.gov.br/index.php/home/lista-de-escolas>. Acesso em: 12 abr. 2022.

MORICONI, G. M. **Volume de trabalho dos professores dos anos finais do ensino fundamental:** uma análise comparativa entre Brasil, Estados Unidos, França e Ribeirão Preto, SP: D3E, 2021.

SANSON, C. **O trabalho nos clássicos da Sociologia:** Marx, Durkheim e Weber. São Paulo: Expressão Popular: EDUFRRN, 2021.

SANTOS, Márcia L. dos. **Intensificação do trabalho docente:** contradições da política de economizar professores. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação: Florianópolis, 2013.

SHIROMA, E.; EVANGELISTA, O. Formação humana ou produção de resultados? Trabalho docente na encruzilhada. **Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, 2015.

THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária.** 5ª ed. São Paulo: Polis, 1987.

